

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Com relação a armazenamento de dados, julgue os itens que se seguem.

- 51** Em uma rede SAN, os sistemas de armazenamento devem estar conectados aos *switches* da rede.
- 52** *Trunk* é uma forma de usar duas ou mais portas ou conexões físicas para transmitir quadros de múltiplas VLANs.
- 53** O ISL é um protocolo de encapsulamento usado para comutar VLANs por meio de *switches* de qualquer fabricante.
- 54** O zoneamento é uma forma de restringir o acesso a certos nós de uma rede de dispositivos em uma arquitetura *fiber channel*.
- 55** Ponto a ponto, laço arbitrado e *fabric* são exemplos de topologias de transporte para uma arquitetura *fiber channel*.

Julgue os itens subsecutivos, que se referem a conceitos de programação e banco de dados.

- 56** As estruturas condicionais são utilizadas para testar variáveis lógicas.
- 57** Os algoritmos gráficos e os narrativos são instrumentos da lógica linear utilizados para projetar programas de computador.
- 58** Na linguagem Python, os blocos de código são separados por chaves.
- 59** Replicação e duplicação são processos de manutenção e atualização de bancos de dados distribuídos.
- 60** Um registro é um conjunto de itens de dados que possuem um conjunto de atributos que pertencem a determinada entidade.
- 61** As estruturas para armazenamento dos dados e os métodos de acesso ao banco de dados fazem parte do projeto lógico de um banco de dados.

A respeito de segurança da informação, julgue os seguintes itens.

- 62** A análise de riscos é a atividade do processo de gestão de riscos que permite comparar o risco estimado com os critérios de riscos predefinidos, para determinar a importância do risco.
- 63** A política de segurança da informação é um documento formal aprovado pela alta gestão da organização e no qual ela declara o seu comprometimento no apoio às metas e aos princípios da segurança da informação.
- 64** Os procedimentos necessários para o acesso lógico aos bancos de dados e sistemas de informações por pessoas de fora da organização devem fazer parte do gerenciamento de partes externas da organização da segurança da informação.
- 65** O sistema de gestão da segurança da informação (SGSI) é parte integrante do sistema de gestão global da organização.

Julgue os seguintes itens, com base no Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2019/2021 (PDTI) do CNMP.

- 66** As ações no PDTI demonstram como podem ser alcançados os objetivos de contribuição, os quais estão definidos em termos de indicadores que atendam aos requisitos de disponibilidade, simplicidade, estabilidade, rastreabilidade, representatividade, confiabilidade e sensibilidade.
- 67** A promoção da integridade, segurança e disponibilidade de dados e o aprimoramento do sistema de gerenciamento de banco de dados são atribuições do Núcleo de Suporte Técnico (NST) da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).
- 68** No âmbito do CNMP, os contratos de manutenção e garantia devem prever custos adicionais para o atendimento aos ativos de tecnologia da informação, em caso de problemas.
- 69** No PDTI, os itens que versam sobre a contingência operacional de tecnologia da informação estão diretamente relacionados à redução da indisponibilidade dos bens e serviços de tecnologia da informação.

Julgue os itens subsequentes, de acordo com a Resolução Conjunta CNJ/CNMP n.º 3/2013.

- 70** É requisito para a utilização do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) que a instituição interessada, pública ou privada, tenha aderido ao Acordo de Cooperação Técnica n.º 58/2009.
- 71** A fim de manter a interoperabilidade dos sistemas de tramitação e controle processual judicial, no caso de sistemas descontinuados cujos dados não possam ser migrados para o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) por questões de ordem técnica, os sistemas devem ser descontinuados em até três anos.

A respeito de *data warehouse* e *data mining*, julgue os próximos itens.

- 72** O *data mining* é um processo usado para extrair e analisar informações que revelam padrões ou tendências estratégicas do negócio.
- 73** Fatos, dimensões e medidas são elementos essenciais de um *data warehouse*.
- 74** Em *data warehouse*, o conceito de granularidade refere-se ao nível de detalhe ou resumo existente em uma unidade de dados, de forma que, quanto mais detalhes, mais alto o nível de granularidade.

Com relação a virtualização e computação em nuvem, julgue os itens a seguir.

- 75** Em um ambiente virtualizado, os servidores que executam os aplicativos que são exibidos no cliente devem estar necessariamente na própria organização, de forma local.
- 76** A virtualização permite que a camada de *software* seja isolada da camada de *hardware*.
- 77** Na nuvem, o *backup* dos dados armazenados pode ser especificado por um *software* cliente, caracterizado como modelo de armazenamento como serviço.

Julgue os itens a seguir conforme a Lei n.º 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos na administração pública.

- 78** A administração poderá celebrar, nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, contratos com prazo de até cinco anos, mas não poderá extingui-los, mesmo quando entender que o contrato não mais lhe ofereça vantagem.
- 79** Em casos de empate entre propostas de licitantes, haverá apenas dois critérios de desempate: disputa final, caso em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação; e desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 80** Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.
- 81** Os serviços realizados em trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal são considerados serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
- 82** A duração dos contratos, inclusive os relativos à utilização de programas de informática, ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- 83** O interessado que, convocado dentro do prazo de validade da proposta para a contratação de bens e serviços, não celebrar o contrato ou apresentar documentação falsa exigida para o certame ficará impedido de licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de até oito anos.
- 84** A lei em apreço veda expressamente que militar do Exército Brasileiro, mesmo no âmbito do Ministério da Defesa, desempenhe a função de pregoeiro.

Com base na Resolução CNMP n.º 102/2013, a qual disciplina procedimentos relativos à contratação de soluções de tecnologia da informação no âmbito do Ministério Público, julgue os itens a seguir.

- 85** Plano de inserção é o documento que prevê as atividades de alocação de recursos necessários para a contratada iniciar o fornecimento da solução de tecnologia da informação.
- 86** A análise de riscos deverá ser elaborada pelos integrantes técnico e requisitante e conter a definição dos responsáveis pelas ações de prevenção dos riscos e dos procedimentos de contingência.
- 87** Plano de sustentação, estratégia da contratação e termo de referência são algumas das etapas que fazem parte da fase de planejamento da contratação.

Em contrato assinado junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), baseado em termo de referência desenvolvido pela equipe de contratação, constam as seguintes cláusulas.

- I O pagamento do item 1 do objeto — licença perpétua do sistema — se dará da seguinte forma: 50% após o termo de aceite provisório e os demais 50% após o aceite definitivo da entrega das licenças mediante a emissão da nota fiscal pela contratada.
- II O pagamento do item 2 do objeto — suporte técnico e manutenção mensal — se dará mensalmente, e se iniciará ao final do primeiro mês de manutenção prestada, durante o período de garantia de 12 meses a contar da data do termo de recebimento do definitivo do item 1 do objeto.
- III Em relação ao valor da nota fiscal, a contratante fará as retenções devidas ao INSS e as dos impostos e contribuições previstas na instrução normativa SRF n.º 1234, de 11/01/2012.
- IV Será aplicada multa de 2% sobre o valor mensal do contrato, a cada ocorrência em que a contratada por motivo de negligência, imprudência ou imperícia na execução das atividades contratuais, causar qualquer dano físico ou lógico aos equipamentos da CNMP.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 88** Cabe ao fiscal administrativo a emissão da nota fiscal do contrato em questão.
- 89** Cabe ao fiscal técnico do contrato tanto a confecção quanto a assinatura do termo de recebimento provisório mencionado na cláusula I, quando da entrega do objeto.
- 90** Devido ao princípio dos critérios de remuneração por esforço versus produto, o recebimento do item 2 do objeto não pode ser vinculado ao recebimento do item 1 do objeto.
- 91** Considerando-se a cláusula IV, é vedada pela Resolução CNMP n.º 102/2013 a inserção de cláusulas e indicadores de nível de serviço no contrato de soluções de TI, caso em que devem ser aplicadas, garantida a prévia defesa, multas e(ou) glosas específicas quando do recebimento do objeto, que obedecerão a uma escala gradual para as sanções recorrentes.
- 92** Com relação à cláusula IV, a verificação das regularidades fiscais e das regularidades trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento está a cargo do fiscal administrativo do contrato.
- 93** No caso de descumprimento da cláusula III, caberá ao gestor do contrato o encaminhamento de indicação de sanções para a área administrativa.

De acordo com a Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, julgue os itens subsequentes.

- 94** Na modalidade diálogo competitivo, uma vez que o órgão contratante tenha apresentado previamente uma ou mais alternativas capazes de atender a suas necessidades, caberá aos licitantes apresentarem, antes do encerramento dos diálogos, propostas em que o julgamento se dará com base no maior retorno econômico.
- 95** O pregão consiste na modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, devendo ser necessariamente adotado o critério de julgamento do menor preço.
- 96** O contrato que previr a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter a vigência máxima de 10 anos.

De acordo com a Resolução CNMP n.º 89/2012, julgue o próximo item.

- 97** Em relação às informações protegidas por sigilo, a resolução veda à administração a exigência de que sejam declarados os motivos determinantes da solicitação de informação de interesse público.

De acordo com a Lei de Acesso à Informação, julgue o item que se segue.

98 Uma informação é definida como sigilosa quando possui restrição permanente e perdurável quanto ao acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança do cidadão.

Com base na Lei Geral de Proteção de Dados, julgue os itens a seguir.

99 No caso de haver tratamento de dados pessoais, coletados no território nacional, realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos, a Lei n.º 13709/2018 deve ser aplicada.

100 Podem ser considerados como dados pessoais sensíveis tanto os dados referentes à saúde quanto os dados referentes à opinião política ou à convicção religiosa.

De acordo com as disposições constitucionais e com o entendimento do STF acerca da organização político-administrativa do Estado, do Poder Legislativo e das atribuições do presidente da República, julgue os próximos itens.

101 A Constituição Federal de 1988 (CF) assegura expressamente a autonomia dos entes federativos da República Federativa do Brasil, cuja organização político-administrativa se circunscreve aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

102 O texto constitucional confere ao presidente da República a prerrogativa de delegar algumas de suas competências privativas ao procurador-geral da República, que, observando os limites traçados na respectiva delegação, poderá conceder indultos e comutar penas.

103 As comissões parlamentares de inquérito possuem permissão para encaminhar suas conclusões, inclusive documentos que possibilitem a instauração de inquérito policial em face de pessoas envolvidas nos fatos apurados, a quaisquer órgãos públicos.

104 A vedação constitucional de reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada pelo Congresso Nacional ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo não se estende à hipótese em que o presidente da República, por iniciativa própria, decida revogar a medida anteriormente editada.

De acordo com as disposições constitucionais acerca do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue os itens a seguir.

105 O corregedor nacional do Ministério Público é escolhido, em votação secreta, entre os membros do Ministério Público que integram o CNMP, sendo vedada a recondução.

106 O CNMP compõe-se de quatorze membros nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um desses membros indicado pela Câmara dos Deputados, ficando dispensada, para este, a aprovação pelo Senado.

107 Se um membro do Ministério Público da União (MPU) cometer infração funcional e contra ele for aberto processo administrativo disciplinar, o CNMP não poderá avocar o processo em curso, sob pena de violar a competência disciplinar e correccional do MPU.

Julgue os itens que se seguem, relativos à aplicabilidade das normas constitucionais, aos direitos e garantias fundamentais e às competências legislativas dos entes da Federação.

108 As normas constitucionais de eficácia contida subdividem-se em dois grupos: normas programáticas e normas de legislação.

109 As normas constitucionais de eficácia plena são assim classificadas porque não é necessário que produzam todos os seus efeitos essenciais de forma direta, imediata e integral, bastando terem a possibilidade de produzi-los.

110 A proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, é um direito fundamental previsto expressamente na CF e, para sua concretização, foi conferida à União, aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar concorrentemente sobre a matéria.

Acerca das hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação dispostas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, julgue os itens a seguir.

111 Diante de uma hipótese prevista na lei em questão para dispensa de licitação, mas havendo possibilidade de competição entre potenciais fornecedores, a administração pública estará obrigada a realizar o procedimento licitatório.

112 É possível a combinação entre as hipóteses previstas na lei em apreço para a efetivação da contratação por dispensa de licitação.

113 A contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada e(ou) pela opinião pública, pode ocorrer por inexigibilidade de licitação.

Julgue os itens que se seguem, pertinentes aos procedimentos auxiliares das licitações e contratações dispostos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

114 No sistema de registro de preços, o edital deverá dispor acerca da possibilidade de prever preços diferenciados para quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes.

115 No procedimento de credenciamento, a administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, o edital de chamamento, de modo a permitir o cadastramento anual de novos interessados.

116 O procedimento de pré-qualificação se destina à seleção prévia de licitantes para participar de futuro processo licitatório ou de bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela administração.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao processo administrativo.

117 Diante do indeferimento da alegação de suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados no processo administrativo, cabe recurso com efeito suspensivo.

118 O processo administrativo pode ser instaurado de ofício ou a pedido do interessado.

Com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

119 As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado exploradoras de atividade econômica responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

120 São formas de provimento de cargo público a nomeação, a promoção, a readaptação, a reversão, o aproveitamento, a reintegração e a recondução.